

Capítulo I

Memórias de um estrangeirado

«The art of losing isn't hard to master;
So many things seem filled with the intent to be lost
that their loss in no disaster. (...)
I lost two cities, lovely ones. And, vaster,
Some realms I owned, two rivers, a continent.
I miss them, but it wasn't a disaster.»

Elizabeth Bishop, «One art».

«What thou lovest well remains,
The rest is dross.
What thou lov'st well shall not be reft from thee
What you lov'st well is thy true heritage
(...)
What thou lovest well is thy true heritage
What thou lov'st well shall not be reft from thee...»

Ezra Pound, *The Pisan Cantos*

«My friend, I'll say it clear
I'll state my case, of which I'm certain
I've lived life that's full
I traveled each and ev'ry highway
And more, much more than this,
I did it my way.»

Frank Sinatra, versos da canção *My Way*

Meninice na África do Sul

«Doch uns ist es gegeben
Auf keiner Stätte zu ruhn.»
(«Porém não nos é permitido
Em parte alguma descansar.»
Hölderlin, *Hyperions Schicksalslied*
(Canção do Destino de Hyperion)

Foi há 75 anos que nasci em Moçambique, terra com a qual quase nada tenho a ver, a não ser como memória longínqua de infância passada ali e na África do Sul, recordações que a minha alma guardou de modo confuso, salvando-as um tanto a esmo e segundo uma memória caprichosa, do turbilhão de instantes e dias e décadas de amarguras, alegrias ou espantos que me sucedeu ser a vida que tenho vivido. Na antiga colónia portuguesa no Índico passei poucos anos, já que escasso tempo volvido depois do meu nascimento, os meus pais foram, em 1942, para Joanesburgo, onde vivi até 1946, aprendendo a ler em inglês e fazendo os estudos primários num colégio marista da cidade, anos que recordo ainda com uma nitidez fotográfica: o prédio onde vivíamos, o casal Cohen que era nosso vizinho, o nosso bairro transbordante da azáfama própria duma grande urbe como aquela, o parque sossegado no meio dela, o meu colégio marista na Koch Street, a cara de um colega e até a voz da minha professora inglesa. Esse jardim público perto de casa era o meu paraíso e nele havia uma estátua do Peter Pan que eu estimava com especial carinho, embora só muitos anos mais tarde viesse a conhecer as aventuras na Terra do Nunca do rapaz que voava e não queria crescer, estátua essa que uma vez, apareceu decapitada, o que deve ter sido a minha primeira impressão de absurdo e de violência na minha vida.

Foi também nesse jardim público que tive a oportunidade, na companhia da minha irmã, de presenciar a primeira cena da minha vida que me chocou com um horror e um terror jamais superados: uma mulher gorda, completamente ébria, partiu uma garrafa de leite na cabeça do marido, e este ficou hirto e de olhos muito aber-

tos, com o líquido branco a escorrer-lhe pelos cabelos e pela cara, misturado com o sangue abundante que manava da ferida no alto do crânio. O mais terrível do ocorrido estava, aliás, na aparente normalidade da cena, sem gritos nem gestos alucinados, sem exclamações de horror ou protestos veementes de quem quer que fosse, como se a garrafa quebrada, a ferida e a mistura do leite e do sangue não passassem dum ritual sem significado nem qualquer sentimento de culpa ou maldade, um simples *fait-divers* do dia-a-dia. E era esta absurda normalidade aparente que mais angustiava a criança que eu então era, incapaz de dar um sentido qualquer àquele gesto delirante. Voltámos ambos logo para nossa casa, após a absurda agressão da mulher inglesa embriagada, não conseguindo eu que os meus pais me explicassem como é que no mundo, e sobretudo naquele jardim aprazível cheio de jacarandás, casuarinas, araucárias e ibiscos, podia ter-se passado aquele incidente tão dissonante, como é que casos como aquele podiam suceder, como só acontece nos sonhos, onde até o facto mais absurdo parece normal. Biblicamente, eu acabava de ser expulso do Éden, sem razão nem culpa, apenas porque o mundo era habitado por gente que se embriagava e agredia outros seres, ou, ainda mais estranho e incompreensível, decapitava estátuas de crianças, tudo isto sem razão nem qualquer finalidade.

Cinco anos de cárcere no largo da Luz

«Menina e moça me levaram de casa de meu pai
para longes terras; qual fosse então a causa daquela
minha levada, era pequena, não a soube.
Agora não lhe ponho outra, senão que já então
parece havia de ser o que depois foi.»

Bernardim Ribeiro, *Menina e Moça ou Saudades*.

«J'ai pris la route droite
La route défendue,
La route maladroite,
Dans ce monde tordu.
En allant tout droit, tout droit, tout droit,

Je me suis retrouvé derrière moi!
 Qui erre,
 Qui espère
 Dans ce monde mystère?
 (...)
 Tout au fond de moi je crois, je crois.
 Je ne sais plus au juste quoi!»
 Guy Béart, palavras da canção «Qui suis-je?»

«(...) a minha duração é um nada frente a ti.
 Todo o homem que se levanta é apenas um sopro.
 A minha esperança está em ti! (...). Livra-me das
 minhas transgressões
 todas, não me tornes ultraje do insensato. (...).
 Ouve a minha prece, Iavé, dá ouvido aos meus
 gritos, não fiques surdo ao meu pranto.
 Pois eu sou um forasteiro junto de ti, um inquilino
 como todos os meus pais.» *Salmo 39.*

Depois, tinha eu seis anos, voltámos todos para Moçambique e vivemos em terras pequenas que vagamente recordo, como Inharri-me e Espungabera, onde o meu pai era administrador de concelho, usando nas suas funções uma bonita e imaculada farda branca da marinha, com botões de âncora doirados, relíquia darwinista de um período colonial já antigo. Por fim, apesar de não ser filho de militar, fui então internado, em 1949, aos 9 anos de idade, no Colégio Militar, no largo da Luz, graças ao fito obstinado do meu pai em fazer de mim um novo Mouzinho que se viesse a bater pela perenidade do nosso Império colonial. No fundo, enclausurando-me naquele colégio, ele deixava-me ali como se consigna uma mala na arrecadação duma estação dos caminhos de ferro, onde eu passaria cinco anos amargurado, sem perceber porque tinha de viver sozinho numa escola de índole guerreira, o que em tudo chocava com os meus espontâneos sentimentos civis e rebeldes, arredo como estruturalmente era a fardas, ordens vociferadas, uivos guerreiros e toques de corneta. Como a pobre menina cuja melancólica e saudosa narrativa Bernardim Ribeiro contou, eu era pequeno e nunca entendi qual

fosse a razão profunda ou necessária de tal desterro para tão longes terras ou a razão dessa levada tão dura. E se eu tivesse de nomear um culpado da má sorte que me coubera, diria um só nome: Mouzinho de Albuquerque. Este trauma perseguir-me-ia durante largo tempo da minha vida, pelo menos até ao momento em que me expurgaria do meu contexto colonial no qual fora educado.

A minha África natal desaparecera da minha vida, e durante esse lustro de clausura como «menino da Luz», chegava-me apenas através dos selos de Moçambique nas cartas que os meus pais me iam mandando, felizes por terem um filho destinado a ser um futuro militar do Império, essa mística em que eles piamente acreditavam. Para minha repetida afronta, esses selos coloridos, que me vinham nas cartas enviadas por eles da longínqua terra onde nascera, eram-me sempre confiscados pelos graduados que queriam ficar com os peixes, borboletas, militares, mapas e brasões das cidades da nossa colónia na costa oriental africana, violência que era para mim uma pequenina mas persistente humilhação, a somar ao meu crescente desamor àquele estabelecimento de ensino destinado a preparar-me para a Escola de Guerra, destino que nada me dizia ou entusiasmava.

O *bullying* que me privava dos selos das cartas paternas era, apesar de tudo, o mais insignificante dos inúmeros «despotismos» – termo que, aliás, fazia parte da gíria colegial, significando precisamente um acto de força ou violência feito por um colega mais velho sobre um mais pequeno –, devido a crimes entre os quais se contavam deixar que do boné escapasse para a testa uma rebelde madeixa de cabelo ou falar durante as filas em que tínhamos de marchar, de manhã à noite, «esquerda-direita! um, dois!», desde o início ao fim de cada aula ou qualquer outro trajecto quotidiano, havendo ainda a lista dos que, depois do jantar e antes de se ouvir o toque a recolher para irmos para a camarata, um graduado encarregado dessa tarefa disciplinar lia o rol com os números dos punidos do dia – éramos sempre, e em todas as circunstâncias, tratados e chamados apenas pelos nossos números pessoais, o que tinha já um travo que eu encontraria, muitos anos depois, na distopia de Orwell. Os delinquentes formavam então uma pequena turma, a um canto, destinada a ser punida segundo cada delito cometido,

como, por exemplo, estar meia hora em sentido, imóveis nessa fila de malfeitores ou, nos casos mais graves, levando uma estalada (ou mais) de acordo com um código penal tradicional. Lembro-me com asco que, uma noite, um pobre rapaz que tivera a ideia alucinada de despejar todo o seu tinteiro de tinta preta pelo interior das carteiras dos restantes colegas da turma, ter levado como correctivo uma boa centena de bofetadas, dadas algumas com simbólica e condoída moderação e outras com dureza pelos colegas mais sádicos.

Semelhante vida de internato repugnou-me desde o primeiro dia, pelo que, ao fim de cinco anos de suplícios e humilhações, falhadas as cartas patéticas nas quais tentava comover os meus pais com repetidos queixumes para que eles me tirassem do colégio, optei por recorrer então a um estratagema ditado pelo desespero: decidi solicitar uma entrevista pessoal ao capelão militar, o Pe. Braula Reis, um sacerdote muito jovem, professor de Moral, de semblante generoso, mantendo excelente contacto com os alunos, para lhe explicar que aquela clausura em Carnide me atormentava e que, além de não ser de família católica mas de marranos – era esse, pelo menos, o caso do meu pai (já que a minha mãe foi sempre uma católica devota), o que até explicava que na escola marista em Joanesburgo, eu fora especialmente dispensado de catequese –, de modo que não entendia por que bula do destino havia de viver fardado e ser um número naquele calabouço da Luz, porquanto até nas férias de verão tinha de envergar a roupa militar na feitoria do colégio, ao lado do forte de São Julião da Barra. O capelão ouviu-me com imensa atenção e percebeu o meu drama, pelo que escreveu de imediato uma carta à minha mãe Elisa, porquanto ele entendia, com subtil psicologia, que era a ela que se devia dirigir para que a minha família me soltasse dali, o que, de facto, finalmente havia de acontecer. E acrescentou ainda, no final da nossa curta e tão decisiva conversa íntima, que o importante não era eu praticar esta ou aquela religião – ou mesmo nenhuma –, mas sim, asseverara com sincera convicção, que cada um de nós fosse um homem bom e justo, sabendo amar o próximo como a si mesmo, pois era isso o que o cristianismo ensinava.

Passados poucos meses, terminado aquele ano escolar, o quinto do liceu no Colégio Militar, a minha mãe Elisa chegava miraculo-

samente a Lisboa, em Julho de 1954, para me levar de novo para Moçambique, de avião. E lá partimos os dois, via Argel, Roma, Cairo, Cartum e Joanesburgo, num *caravelle* da TAP, de volta a Lourenço Marques. Numa escala de dois dias na capital italiana, a minha mãe deu-se ao luxo de me oferecer um passeio turístico pela cidade, incluindo uma visita ao Coliseu, onde me fotografou numa das entradas do mesmo, e outra à Capela Sixtina, em cujo *gift shop* comprei um boneco dum guarda suíço do papa. Chegado a Moçambique, enviei ao Pe. Braula Reis um pacote registado incluindo uma carta de gratidão pela sua tão decisiva intervenção no meu caso, mais uma foto minha diante do Coliseu e o boneco do guarda suíço. Algum tempo depois, o capelão agradeceu-me a gentileza do meu presente, acrescentando em PS: «E gostei muito de ver o leão que conseguiu fugir das arenas do Coliseu romano...»

Eu passara cinco anos enclausurado num colégio interno que apesar de muito estimado pela opinião pública como um modelo de referência tanto em pedagogia como em matéria de ética e disciplina, fora para mim um lugar desolador de desterro, de castigos físicos e de solidão sem fim. Porém, agora devolvido à terra onde nascera, sentia que a minha vida começava verdadeiramente.

Duas visitas no período do Colégio Militar: o Alcazar de Toledo e Fátima

Dois dos episódios da minha passagem pelo Colégio Militar merecem ser especialmente recordados nestas memórias íntimas, ambos de especial relevo simbólico ou até mitológico, além de terem sido, cada qual no seu modo peculiar, dois traumas que influíram na minha *forma mentis* de adolescente: os dois dias passados no Santuário de Fátima, como membro da guarda de honra junto ao altar das cerimónias do desfile das velas e da grande missa nocturna de 12 para 13 de Maio, o que deve ter ocorrido em 1951 ou 1952, assim como a longa visita que o colégio do largo da Luz fez a Espanha, no verão, ficando todos os alunos hospedados nos arredores da capital, num quartel de Villaverde, com a apresentação um auto de Gil Vicente, o *Monólogo do Vaqueiro*, representado no Teatro Real de Madrid, a que se seguiria uma peregrinação de

grande pompa e circunstância, feita no dia seguinte a um dos altares do Falangismo, um dos lugares sagrados da memória franquista, o Alcazar de Toledo, onde fomos recebidos pelo próprio Moscardó.

Começarei recordando a visita ao Alcazar, esse símbolo da determinação de resistência do fascismo espanhol às encarniçadas tentativas de conquista pelos soldados republicanos dessa praça forte nas mãos dos militares sublevados contra a democracia em Julho de 1936. Fomos ali recebidos pelo famigerado protagonista dessa celebrada façanha de armas, o outrora coronel de infantaria José Moscardó, já septuagenário e carregado de comendas e títulos pelo regime do generalíssimo. A nossa presença nesse altar do Fascismo seria, desta forma, o *point d'orgue* da nossa visita do Colégio Militar a terras dos nossos irmãos em ideologia, e à qual se seguiria, à tarde, na sede da Falange toledana, um espectáculo militar com exercícios dos membros da milícia a nadarem numa piscina olímpica, todos fardados e de botas cardadas, com uma espingarda Mauser às costas, enquanto cantavam o *Cara al sol!*, cerimónia que havia de rematar num grandioso jantar no qual os nossos gentis hospedeiros nos deram vinho branco em profusão e, supremo requinte de viril companheirismo de armas, um charuto para cada um dos «meninos da Luz», *habano* que fomos fumando no regresso, altas hora da noite, de volta a Villaverde, em camiões militares onde, completamente emborrachados pelo generoso álcool hispânico, íamos cantando, estrada fora, versos inexplicavelmente (e ingratamente) anti-espanhóis como:

«O rei de Espanha
É feio que nem um bode
E a rainha de Espanha
Não é com ele que f...»

Contudo, o que mais me impressionou nessa recepção no pátio, no Julho escaldante no Alcazar de Toledo, foi a aparição da velha, mirradinha e rediviva múmia militar franquista, brindando-nos com a sua oratória histórica sobre a intrépida defesa da fortaleza fascista tornada mito da ditadura espanhola, o glorioso José Moscardó, chamando-nos a cada momento, com voz de falsete, «portuguesitos

valientes», ao mesmo tempo que os destemidos «meninos da Luz», vencidos pela inclemência solar, iam caindo redondos, aqui e além, no meio das nossas filas em sentido diante do herói de 1936, sem que ninguém prestasse qualquer auxílio às vítimas da insolação, porque era preciso que a cerimónia chegasse ao fim, sem perturbar a discursata do general, pois só então os moços tombados foram recolhidos à enfermaria, para serem re-hidratados, para que a famigerada múmia franquista não se pudesse aperceber do que acontecera, enquanto ele nos apelidava de «portuguesitos valientes!»...¹

O outro episódio, sem dúvida menos pitoresco mas bem mais determinante na minha já difícil relação com a religião católica, foi o das duas noites passadas em Fátima, no meio dum teimoso chuvisco de primavera e do salmodiar incessante dos «áâ-avé-à-avés» dos milhares de peregrinos em nosso redor, essas almas penadas de um fervor religioso que nada me dizia. Antes de mais, por um lapso verdadeiramente freudiano que na altura me encheu de temor e pavor, ao fazer na camarata do colégio a minha maleta com a farda de gala, de veludo cor de pinhão, mais uma barretina de oleado negro brilhante rematada por um pequena crista redonda verde, eu me esquecera de levar também as calças, de modo que, antes de nos prepararmos para a partida para o altar em Fátima onde faríamos a guarda de honra ao lado de outras escolas e regimentos militares, me dei conta da horrível *gaffe* que cometera, auto-excluindo-me de qualquer hipótese de figurar no altar da grande missa nocturna por não ter calças...

O oficial do colégio que comandava a nossa missão em Fátima, ao explicar-lhe eu o trágico e a todos os títulos tão imperdoável esquecimento das calças da minha farda de gala, lançou-me então um olhar petrificante de Medusa e, de tão apoplético que ficara no seu furor contra a minha falta atroz, nem foi capaz de articular uma única frase coerente, limitando-se, depois de regougar sombrios sons indecifráveis, a fazer na minha direcção um gesto agressivo que eu compreendi significar que passaria o resto da noite na minha tenda de campanha, a expiar um crime de tal magnitude que não havia pena possível para exorcismar tal erro ou punir de modo adequado o seu autor, dado o meu *gag* à Charlot. Trespasado de uma espécie de *Schadenfreude* estóica, excluído como réprobo de uma cerimónia religiosa para o qual fora destacado naquele altar

católico, condenado à geena, embora, no fundo, percebesse que algures, nestas subtis malhas que o Destino tece, um mão oculta me tinha afinal libertado duma obrigação que me desolava cumprir.

Aquele monótono cantochão da multidão dos peregrinos, aquele obsidiante «à-avé-à-avé» era, na verdade, o coro monótono duma tragédia que eu traduzia intuitivamente como o treno repudiando um réprobo expulso duma religião que, nunca tendo sido a minha, jamais o seria alguma vez. Na realidade, nada de grave me aconteceu, a não ter passado uma noite inteira, sozinho e recolhido na triste tenda, a ouvir os pingos de chuva e sobretudo o monótono canto dos peregrinos que entoavam a sua fé, que não era a minha, à espera que os meus camaradas voltassem da cerimónia da guarda-de-honra ao altar. Quando, altas horas da noite, os meus colegas chegaram à tenda, contei-lhes o meu horrível sucesso, o que eles acharam, com surpresa minha, ser uma habilidade prodigiosa para escapar a um frete. E a única consequência decisiva ou cicatriz que tal desastre me deixou tatuado na alma foi compreender, de um modo quase talmúdico, que aquele *gesto falhado* de me esquecer das calças da farda de gala não passava duma falta que tinha um sentido superior, sobretudo atendendo ao lapso involuntário que estava na sua origem.

O biénio maravilhoso em Lourenço Marques

«Afoot and light-hearted I take to the open-road,
 Healthy, free, the world before me,
 The long brown path before me leading whenever I choose.

(...),

Strong and content, I travel the open road.
 The earth, that is sufficient, I do not want the constellations
 any nearer, I know they are very well where they are,
 I know they suffice for those who belong to them...»

Walt Whitman, «Song of the open road», *Leaves of Grass*.

«A pé e alegre tomo a estrada larga, Saudável, livre,
 com o mundo à minha frente,
 À minha frente está o longo caminho castanho que me leva
 onde quero ir (...). Forte e contente, viajo pela estrada larga,

A terra me basta,
Não quero as constelações mais perto,
Sei muito bem que estão onde estão,
Sei que são suficientes para aqueles que lhes pertencem...»

«Canção da estrada larga», *Folhas de Erva*.

Em suma, o meu cárcere terminara e eu podia voltar à cidade onde nascera, cursando então os dois anos que me faltavam para concluir o liceu em Lourenço Marques – custa-me recordá-lo aqui, mas o nome desse estabelecimento escolar era Liceu Salazar... –, vivendo na Pensão Martins na Avenida 24 de Julho, dispondo de uma mesada confortável que me permitia comprar livros, jantar de quando em vez num restaurante da baixa laurentina, e, graças a uma motoreta de marca alemã, uma Vicky de um azul reluzente, passear freneticamente por toda a cidade, como um cavaleiro doido, fazendo de quando em vez uma visita ao bairro das Lagoas, zona dos bordéis da capital onde conheci os meus primeiros êxtases eróticos nos braços das Vénus negras.

Foi o meu biénio maravilhoso, dos quatorze aos dezasseis anos, a minha adolescência fremente, erótica e avidamente cultural, depois de liberto da cruel prisão de cinco anos no Colégio Militar. Passava então as férias grandes e de Natal com os meus pais, no norte da colónia, deslocando-me nos aviões da DETA que pareciam enormes sapos de metal, dando ainda uma saltada de uns dias a Joanesburgo, para matar saudades da minha meninice, passando uma semana numa quinta na África do Sul, em Lindley, onde vivia a mãe do meu camarada e grande amigo liceal António. Era aquela uma russa de juba loira muito abundante que se apaixonara por um jovem fazendeiro bóer, abandonando o marido, um sombrio engenheiro dos Caminhos de Ferro que não falava com ninguém nem se dignava conversar com o seu filho único, dono ainda dum enorme Cadillac negro de último modelo, que nós dois, o António e eu, nas madrugadas de sábado para domingo, surripiávamos discretamente da sua grande garagem para fazermos com o bólido corridas vertiginosas pelo Caracol, uma avenida íngreme que descia do alto da cidade até à zona das praias, bebendo cervejas na Polana e voltando por fim, emocionados, para recolher cuidadosamente e sem ruído o potente

veículo americano na casa paterna. Durante as nossas passeatas nocturnas no Cadillac roubado, feitas sempre a alta velocidade, recitávamos aos gritos poemas do nosso idolatrado Whitman, de modo que na noite laurentina se podia ver passar um carrão escuro e veloz onde dois jovens bradavam versos em inglês, em tom estridente, desafio turbulento feito com os nossos tambores e trombetas juvenis a ritmarem o nosso entusiasmo:

«Beat! Beat ! drums – blow! bugles! blow!
 Through the windows – through doors – burst like a ruthless
 force,
 Into the solemn church, and scatter the congregation,
 Into the school where the scholar is studying;
 Leave not the bridegroom quiet – no happiness must he have
 now with the bride
 Nor the peaceful farmer any peace, ploughing his field or
 gathering
 the grain,
 So fierce you whirr and pound your drums – so shrill your
 bugles blow! Beat! beat! drums! – blow! bugle! blow!»²

Eram estes os instrumentos da nossa juventude a clamar nessa juvenil Estrada Larga whitmaniana, absolutamente nada africana, que o Futuro nos abria, e era com eles que queríamos acordar toda uma população pacífica, fazendo ressoar os sonoros tambores e as nossas estridentes tubas de jovens *rebeldes sem causa* – como o James Dean dum filme célebre que corria então nos cinemas.

Entretanto, o meu pai foi colocado em Nacala-a-Velha, sonolenta povoação colonial aninhada no fundo duma maravilhosa baía de águas translúcidas, com as suas belas e vastas casas da população europeia, tendo a nossa varandas tão largas que se podia girar de motoreta por elas. Havia também a confortável casa do médico – um solteirão divertido que recebia da tão distante Paris um diário que ele lia com atenção minuciosa, como se a essência da vida no cosmos se concentrasse toda nas colunas impressas desse periódico austero – esse *Le Monde* que seria mais tarde, nos meus sete anos de expatiação gaulesa, o minha leitura diária³ –, os edifícios admi-

nistrativos, a prisão e ainda as lojas indianas que nunca frequentávamos, formando um bairro à parte do sector europeu. Ao fundo da aldeia ficava a praia de areia branca, onde eu tomava banho sozinho, tendo em meu redor os golfinhos que davam pinotes nas ondas lentas que iam lambeo um pequeno cais de madeira donde partíamos no bote oficial para Nacala-a-Nova, cujo imponente porto estava então em construção.

Os meus mestres e as minhas primeiras paixões literárias

A minha moçambicanidade ficaria resumida a essas terras e, sobretudo, a estas memórias da minha tão breve adolescência ali passada, especialmente devorando todos os livros que podia – escolhendo como pórtico grandioso da minha biblioteca íntima de Babel autores como os poetas portugueses Antero, Nobre, Cesário Verde, Camilo Pessanha (*Clepsidra*), Mário de Sá Carneiro – toda a sua poesia e *A Confissão de Lúcio* –, Fernando Pessoa – poeta imenso que nunca mais deixei de habitar, lendo-o e relendo-o incessantemente, voltando a ele num estudo sobre Sidónio⁴ –, José Régio (cujos romances nunca consegui ler) e António Gedeão (1906-1997). Apreciei também os *Poemas* (1960, póst.) de Reinaldo Ferreira (1920-1959), um poeta reservado que nunca falava de si mesmo e que cheguei a conhecer de modo superficial, nos anos entre 1954 e 1956, em Lourenço Marques, voltando a encontrá-lo em casa de um amigo meu, em Lisboa, pouco antes da sua morte. Embora eu escrevinhasse uns poemas inspirados sobretudo em leituras de Pessoa e Whitman, nunca ousei pedir-lhe que lesse qualquer destes rascunhos. Creio que instintivamente eu intuía que um grande poeta como aquele não iria levar a sério a minha brotoeja literária sem talento algum. Mas ainda guardo um longo poema dactilografado, escrito entre 1958 e 1959, em São Martinho do Porto, que abria com esta citação de Nietzsche:

«Amas-te a ti mesmo, e por isso te desprezas
Como só desprezam os amantes.
O amante quer criar porque despreza!
Que saberia do amor aquele que não devesse menosprezar
Justamente o que amava?!» (*Assim falava Zaratustra*).

Acima desta citação, caligrafei a tinta da China uma outra frase, esta de Montaigne: «Je m'étudie plus qu'aucun sujet: c'est ma métaphysique...» O único exemplar deste livrinho de 39 páginas intitulava-se *Haver Morte*. Seria o meu primeiro livro, felizmente destinado a ficar inédito, conservado entra as capas de uma outra recolha de poesias dactilografadas, conjunto que mandei encadernar, dando-lhe o título pretensioso de *O Rapto do Sol e outros poemas*, escritos todos em 1958 e 1959.

Regressando às minhas leituras mais decisivas para a formação do meu espírito desde a adolescência, direi ainda que, neste ponto como em tantos outros, o estrangeirado que sou – reforçado com as três estadias pós-25 de Abril a ensinar nos Estados Unidos, em 1989, 1993 e 1997 –, bem como na Alemanha (1989) e frequentes vezes na Itália, em Pisa, ao abrigo do programa ERASMUS, e também algumas vezes no Brasil (a dar cursos na USP, São Paulo desde 1989) –, me levou a preferir autores forasteiros que li com uma admiração que jamais teria equivalência em autores lusos, exceptuando, raramente, algumas obras, como a de Almeida Garrett, de que sou inveterado aficionado e recorrente leitor d'*As Viagens na Minha Terra* e da sua poesia, embora sem estimar muito o seu teatro, com excepção das anti-sebastianistas *Profecias de Bandarra*.

No meu extenso livro *Portuguesismo(s)*⁵ acham-se as provas de quanto li e apreciei vários autores inesquecíveis da nossa literatura, a começar, obviamente, pelo nosso Bardo nacional, sem esquecer *A Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto e vários outros escritores posteriores, entre os quais sou forçado a mencionar o grande romanista da fantasia lusitana chamado Eça de Queiroz, ao qual dediquei, desde os anos 60, uma série de estudos, primeiro em artigos na *Seara Nova* e, mais tarde, desde 1971, diversos volumes, cabendo-me até editar, de parceria com Alfredo Campos Matos, um inédito seu, *A Tragédia da Rua das Flores*.⁶ Nunca me esquecerei do prazer que me deu a primeira vez que li um romance queiroziano, creio que em 1953, graças a uma oportuna gripe que me reteve quatro dias no repouso elísio que era, no Colégio Militar, a enfermaria, uma pequeno e elegante palacete no meio dum jardim, rodeado de um muro de azulejos, o que me dava a nítida sensação de que mesmo no Inferno de Carnide podia haver um oásis de luxo, calma e repouso, onde eu,

repoltreado numa cama, suspendia o giro flamejante da roda de Íxion e me entregava ao prazer impune de ler um livro, calhando-me, não sei porque razão, devorar *A Relíquia*, o que me levou ao Oriente, visitando Alexandria e Jerusalém, no tapete mágico fabricado com as palavras do divino ilusionista da Póvoa do Varzim – viagem que nunca mais cessei de repetir nas décadas seguintes.

Um outro autor que cultivo é Raúl Brandão (1867-1930), desde as suas extraordinárias *Memórias*, hoje quase esquecidas, ainda que reeditadas, o *El-Rei Junot* (1912) e a peça *O Doido e a Morte* (1923). E recordo que reeditei a novela *Boémia antiga*, de 1897, do tão esquecido escritor oitocentista Tomás de Melo (1836-1905)⁷ – que a *História da Literatura Portuguesa* de Óscar Lopes/A.J. Saraiva nem menciona –, assim como republicuei a também esquecida novela de Afonso Lopes Vieira, *O «Marques»* (Lisboa, 1904).⁸ De entre os romancistas do séc. XX, a minha preferência foi sobretudo para José Rodrigues Miguéis (Lisboa, 1919 – Santa Bárbara, Califórnia, 1978) o romancista exilado nos Estados Unidos, ao qual dediquei um ensaio intitulado *José Rodrigues Miguéis, Cronista da Crise e Queda da I República: o seu romance O Milagre segundo Salomé*.⁹ Também admirei a obra de Jorge de Sena (1919-1978), tanto o romancista, sobretudo no seu admirável *Sinais de Fogo* (póst., 1979), como o ensaísta, dramaturgo, poeta e tradutor, igualmente forçado a um longo exílio político nos E.U.A. até ao final dos seus dias. Uma grande obra romanesca fora escrita por este escritor que escolhera também o exílio americano, *Sinais de Fogo*. Romance histórico autobiográfico inacabado, situado no verão de 1936, na Figueira da Foz e em Lisboa, este extraordinário *Bildungsroman* permite narrar não só o impacto entre nós do início da guerra civil de Espanha mas ainda a fascização do nosso regime, com a criação da Legião Portuguesa, atentamente descrita, ao mesmo tempo que vai narrando a evolução dum jovem através da sua experiência pessoal, íntima, humana, política e amorosa – esta obra é, aliás, uma das mais ousadas na descrição da sexualidade da relação entre Jorge e Mercedes – em colisão com a sua família de burgueses acomodados à «Situação» (termo que então se usava como sinónimo do regime salazarista), ao mesmo tempo que esse adolescente se prepara para vir a ser o poeta, ensaísta e o romacista de enorme craveira em que ele mesmo

depois se transformaria. Creio que a minha opção cultural e até profissional como historiador seria em larga medida responsável pela valorização que dou a estas duas obras maiores que acabo de referir, mas a verdade é que raros livros cimeiros da nossa cultura poderão ser apresentados como a-históricos – porquanto até o *Menina e Moça*, na filigrana etérea da sua escrita, narra toda uma história subjacente, neste caso compreensivelmente camuflada e simbolizada de maneira aparentemente trans-histórica, dada a condição de cristão-novo de Bernardim Ribeiro. Devo ainda mencionar uma importante obra de Sena que destaquei nos meus estudos sobre o Sebastianismo, a sua peça *O Indesejado (António, Rei)*.¹⁰

Miguel Torga interessou-me como poeta (p.e., *Poemas ibéricos*) e contista (v.g., *Bichos e Novos Contos da Montanha*), e, sobretudo, como autor duma forma particularmente tenaz de resistente nos volumes do seu diário, publicados desde 1941.¹¹ Mesclando reflexões memorialísticas próprias dum diário, numa forma que tinha muito pouco do famoso suíço Henri Amiel, Torga juntava-lhe poemas e fazia comentários sem peias sobre a opressão em que o seu país vivia, tema a que daria dimensão romanesca no ciclo *A Criação do Mundo*, coragem que lhe havia de valer a apreensão de exemplares deste última obra, assim com ser encarcerado, em 1939-1940, no Aljube, provação que evocaria num poema no qual imaginava que o veleiro de Ariadne o viria buscar para o tirar daquele labirinto: «Carregado de Sonho, fundeu/ Dentro da clareza destas grades/ Cisne de todos que se foi, voltou/ Só para os olhos de quem tem saudades./(...)/ Mas eu é que não pude ainda por meus passos/ Sair daquela prisão em corpo inteiro/ E levantar a âncora, e cair nos braços/ De Ariadne, o veleiro» (poema datado de 1-I-1940). Noutro poema, intitulado «Dies Irae», Torga comparava o País a uma prisão imensa, e terminava amaldiçoando os cárceres onde a nossa alma colectiva definhava:

«Oh! Maldição do tempo em que vivemos
 Sepultura de grades cinzeladas
 Que deixam ver a vida que não temos
 E as angústias paradas!»

Já o caso de Aquilino Ribeiro (1885-1963) me despertou uma admiração relativa, levando-me a valorizar algumas obras suas, nomeadamente *As três Mulheres de Sansão* (1932), *A Aventura Maravilhosa de D. Sebastião...* (1936), *A Casa Grande de Romari-gães* (1957) e, sobretudo, *Quando os Lobos Uivam* (1958), corajosa denúncia da repressão da Ditadura de Salazar sobre as populações rurais, bem como a ignomínia dos tribunais plenários, o que lhe valeu um processo por atentar «contra a segurança do Estado» e a confiscação do livro pela censura. Outro romancista devo recordar, Luís Sttau Monteiro (1926-1993), autor ainda das peças *Felizmente há Luar* e *As Mãos de Abraão Zacut* (1968), que conheceu também a repressão salazarista e a prisão por ter escrito duas peças criticando a guerra colonial, sendo encerrada (1967) a editora que as publicou.

Quanto aos escritores brasileiros, comecei por me entusiasmar pelas obras de Manuel Bandeira, Jorge Amado e José Lins do Rego, embora estes dois últimos acabassem por desvanecer lentamente do meu favor, já que daria a minha ulterior primazia a Carlos Drumond de Andrade e ao grande romancista António Callado, autor de *Quarup* e de *Bar Don Juan*, além dos poetas Cecília Meireles e Vinicius de Moraes. Entre os espanhóis, as minhas simpatias iniciais foram para o galego Ramón del Valle-Inclán, cujas quatro sonatas devorei num ápice, uma após outra, durante umas férias de verão passadas em Nacala, seduzido pelas aventuras do marquês de Bradomin. Já a literatura russa conquistou, desde a adolescência, o meu permanente e mais duradouro entusiasmo, sobretudo com o portentoso russo Dostoievski nos seus romances *Crime e Castigo* e *Os Possessos* – bastante mais tarde descobriria o perturbador e pessimista monólogo de *Memórias do Subterrâneo*, espécie de tratado psicológico e filosófico que me lembrava Pascal, Kierkegaard e Nietzsche, assim como leria Gogol (1809-1852), prodigiosamente divertido com o seu humor singular, nos incomparáveis *Contos de São Petersburgo*, sobretudo n’*O Diário de um Louco*, *O Capote* e *O Nariz*¹² – obras que abriam o meu espírito adolescente à vertigem prodigiosa do mundo eslavo, sempre a dois passos da demência pessoal ou colectiva ou até desse peculiar e excessivo pendor teóforo tão insuportável para quem não acreditava que Deus tivesse mandado o seu Filho ao mundo para resgatar os homens: hoje

considero que só o Dostoievsvki *d'Os Irmãos Karamazov*, o Bulgakov de *Mestre e Margarida*, o Pasternak do *Dr. Jivago*, o Soljenitsine do *Segundo Círculo* ou o Vassili Grossman de *Vida e Destino* ultrapassaram as suas raias em génio e cosmovisão.¹³

Entre os americanos destacarei, antes de mais, Herman Melville e o seu prodigioso *Moby Dick* (1851), várias vezes relido ao longo da minha vida, sem esquecer a impressionante versão cinematográfica do grande John Huston, de 1956, com Gregory Peck na figura do esfolado vivo capitão Acab, espécie de Job mutilado a perseguir de maneira alucinada a baleia branca, um Javé que ele quer aniquilar com o seu arpão iconoclasta. Esta narrativa empolgante e intensa havia de ligar-se no meu espírito a um autor de «ficção científica», Júlio Verne, entre cujos inúmeros romances devorados na também na adolescência me ficaram sobretudo na imaginação, *As Vinte Mil Léguas Submarinas* (1869-70) e a *Ilha Misteriosa* (1874), com esse assombroso capitão Nemo, antigo rebelde indiano em luta contra o império britânico, espécie de guerrilheiro guevarista *avant la lettre*, monomaniaco caçador do Leviatã da talassocracia britânica, émulo do Fausto ianque, sendo agora o baleeiro *Pequod* substituído pelo submarino *Nautilus*.¹⁴ Depois, entre os escritores contemporâneos, citarei o Hemingway de *Por quem os Sinos dobram* e a admirável Carson McCullers, autora do extraordinário romance *O Coração é um Caçador Solitário* (1940) e do livro de contos *Balada do Café Triste* (1951), uma novela reunindo ainda curtos relatos/poemas sobre a inescapável solidão dos seres, bem como o Truman Capote de *Outras Terras, Outras Gentes e Harpa de Ervas*, lidos ambos em fase muito precoce, e aos quais depois se somaria uma série de favoritos como Erskine Caldwell, James Thurber, Henry Miller – cujas obras eróticas comprei nos *bouquinistes* de Paris, cidade que visitei em 1958, na minha primeira viagem pela França e Alemanha, rematando com um mês a trabalhar, no meio de estudantes, em fainas agrícolas, numa quinta germânica na região do Taunus –, Thornton Wilder, William Faulkner, John Steinbeck (*Noite sem Lua*, 1942, *A Leste do Paraíso*, 1952), Nabokov, Katherine Anne Porter (*Nave dos Loucos*, 1962), romance empolgante,¹⁵ William Styron, Philip Roth, Bernard Malamud, Chaim Potok, Saul Bellow, (*Seize the Day*, *Herzog* e *Ravelstein*), E.L.Doctorow e Isaac Bashe-

vis Singer (1904-1991).¹⁶ Este último, judeu polaco escrevendo sempre em ídiche, autor de magníficos romances – *Satã em Goray* (1935), *A Família Moskat* (1950) ou *O Mágico de Lublin* (1960), emigraria em 1935 para os Estados Unidos, ali vivendo o restante da sua vida –, recebendo o prémio Nobel em 1978, deve ser aquele que mais obras tenho na minha biblioteca, além de diversos estudos sobre os seus livros, embora nunca lhe tivesse dedicado um único ensaio, apesar de o citar amiúde a propósito do sionismo, ideal de que Singer era manifestamente descrente.¹⁷

Quanto a outros romancistas espanhóis que li com maior admiração, já em plena maturidade e devido sobretudo ao imenso interesse pela história de Espanha, associaria ao inicial e acima referido Valle-Inclán três nomes maiores: Benito Pérez Galdós (1843-1920), Ramón Sender (1902-1982) e, sobretudo, Max Aub (Paris, 1903 – México, 1972), sendo os dois últimos autores de romances relatando a guerra civil de 1936-1939. Do prolífico autor dos *Episodios Nacionales* que narravam a implantação do liberalismo na Espanha no séc. XIX – volumes dos quais, no fundo, só li com especial interesse o *Mendizabal*, dada a imbricação desta grande figura espanhola na história dos nossos liberais a figuras lusas como Palmela, D. Pedro, a sua filha Maria da Glória e o grande marinheiro escocês Charles Napier – interessou-me sobretudo a comparação do seu *Fortunata e Jacinta* com o quase coevo romance de Eça, *Os Maias*.¹⁸ De Ramón Sender, exilado nos Estados Unidos depois do triunfo franquista na guerra civil, apreciei sobretudo *El Rey y la Rena*, *Los Cinco Libros de Ariadna* (1957), *Crónica del Alba* e o *Réquiem por un Campesino Español*. Quanto a Max Aub,¹⁹ devorei o imenso ciclo romanesco de seis títulos, *El Labirinto Mágico*, enorme fresco sobre o mesmo conflito, desde o inicial *Campo Cerrado* (1943), dedicado à década que precedeu a guerra civil e os demais – *Campo de Sangre* (1945), *Campo Abierto* (1952), *Campo del Moro* (1963) e *Campo Francés* (1965) e, por fim, *Campo de Almendros* (1968) –, gesta que remataria com o póstumo *Enero sin Nombre* (1994), crónica de toda a contenda.

Com a preocupação de registar todos os modelos mais excelsos de literatura lida desde os anos de meninice passados em Joanesburgo, seria preciso acrescentar, antes de mais, uma referência

especial a duas obras encadernadas, de grande porte e muitíssimo ilustradas pelo mesmo artista – só mais tarde saberia o seu nome, Gustave Doré –, livros que não li na altura, limitando-me a olhar deliciado as fascinantes imagens de Doré que o ilustravam, que durante algum tempo julguei constituírem volumes de aventuras de uma só figura, um cavaleiro que, numa delas usava uma farda mais vistosa, montava um cavalo garboso e, na outra, mais idoso, ia escarranchado numa pileca magra, envergando uma armadurra grotesca, quando na verdade esses livros de capas garridas, folhas espessas e inúmeras ilustrações que me deslumbravam e divertiam, eram, na verdade, duas obras distintas, a segunda escrita nos começos do séc. XVII e a primeira no século seguinte, protagonizadas por dois cavaleiros bastante diferentes, um fidalgo manchego, de barbicha comprida e olhos tristes e um barão germânico, um oficial parlapatão chamado Münchhausen, cujas aventuras, combates, viagens e estórias fantásticas nada tinham de comum com as do primeiro, a não ser a errância permanente e batalhas sem fim contra inimigos implacáveis – gigantes, feiticeiros, aristocratas maldosos, carcereiros, ou exércitos inteiros de turcos. O facto de serem desenhados pelo mesmo artista e as suas viagens abordarem casos extraordinários, e andando os dois cavaleiros sempre a combater, levava-me ao engano de os tomar como o mesmo herói.

Só muitos anos depois, leria na excelente tradução de Aquilino as aventuras de Dom Quixote da Mancha, distinguindo-as de vez das do barão intrujão cujo cavalo fora cortado ao meio e voltara a ter coladas as duas partes, ficando no meio delas uma semente de árvore que, entretanto, haveria de crescer, ou, durante um nevão nas estepes russas, o seu cavaleiro atara as rédeas a uma haste que emergia da neve, de modo que, ao acordar no dia seguinte, o alemão se achou no meio duam praça de aldeia e viu o seu corcel dependurado no topo do catavento duma igreja recoberta pelo nevão caído na véspera. De qualquer modo, a figura de Quixote criada por Cervantes pertenceria ao panteão da consciência europeia como um nome absolutamente central, cimeiro, na cultura e na mitologia mundial,²⁰ como o cavaleiro do ideal, emblema da «doce e louca sabedoria», da «bondade fraternal, evangélica» dos homens, ao mesmo tempo que, sendo «cómico, verdadeiro e familiar, corajoso

e mestre de ironia (...), cobre todo o universo com um véu de delicado pudor», como o definiu Jean Cassou. Contudo, D. Quixote, a partir da sua segunda saída como cavaleiro andante, iria doravante sempre acompanhado dum *alter ego* com o qual, ao longo do resto das aventuras e desventuras de ambos, intercambia as suas qualidades e sensibildades, o seu aio Sancho Pança, esse

«Sancho-Charlot que edificas como un Diós a bofetadas
Sancho que todo lo aguantas» (Gabriel Celaya)

Tal como Ulisses ou Hamlet, o herói de Cervantes pertence ao património essencial da cultura universal e da sabedoria humanas, de mesmo que ao cerne da consciência europeia, sendo o magro e alucinado fidalgo manchego inseparável do seu gordo aio sem metafísica – embora este se fosse *quixotizando* ao longo das suas aventuras, a ponto de se assumir como um novo «cavaleiro da triste figura» quando o seu amo, contrito e desiludido no seu leito de morte, afirma já não ser louco e chamar-se, na verdade, Alonso Quijano –, já que os dois formam, no sua permanete dialéctica de antíteses, contradições e disputas, a figura mesma da humanidade total: após o falecimento do seu amo, Sancho descobriria que herdara a fé e o sonho daquele. O facto de um autor como Graham Greene os ter reinventado no século passado, fazendo de um pobre cura de aldeia o novo cavaleiro andante, premiado com um título eclesiástico (romance *Monsehor Quixote*, 1982), sendo o novo Sancho o *alcalde* comunista do lugarejo, calcorreando ambos novamente a Espanha, agora de automóvel, deixando em casa a pileca do primeiro e o burrico do segundo, em aventuras que actualizam, no pós-franquismo, a eterna estória picaresca de dois amigos que chocam com a maldade e a dureza das autoridades, demonstrando que o duo cervantino está na base essencial da nossa alma como símbolos intemporais que são da psique humana.

Outra figura suprema do tempo de Cervantes, o príncipe Hamlet de Shakespeare – curiosamente, morreriam, o inglês e o espanhol, no mesmo dia de 1616 –, é um solitário que vive num castelo pré-kafkiano, numa atmosfera de claustrofobia, de crimes, traições e paranóias, enquanto o fidalgo manchego é um homem de acção, um

viajante que atravessa a Espanha e se envolve em inúmeros aventuras e desatinos que ele mesmo engendra ou lhe tombam em cima, arrastando consigo um aio fiel dotado como única bagagem intelectual de um rifonário que debita a torto e a direito, enquanto o cavaleiro é, acima de tudo, um homem valente, atrevido, culto e destemido que defende a verdade e quer ainda premiar a dedicação de Sancho, que em sua loucura fizera escudeiro, prometendo dar-lhe o governo duma ilha. Dom Quixote, poucos dias antes de morrer, solicita a presença de um cura para se confessar cristãmente e a de um escrivão para deixar testamento aos familiares e ao seu bom escudeiro, depois de ter abjurado de todas as suas passada doidices e desvarios, confessando-se inimigo de Amadis de Gaula e de toda a caterva da sua linhagem da cavalaria andante. Assim falava o cavaleiro da Triste Figura, no seu leito de morte, expirando na cama, cinquentão e virgem, em seu perfeito juízo, junto do um Sancho em lágrimas, enquanto este ainda lhe suplicava que devia levantar-se da cama em vez de se deixar morrer, pedindo ao fidalgo que fossem «para o campo vestidos de pastores, como combinámos, e talvez atrás de algum bosque encontremos a senhora dona Dulcineia desencantada (...). Se é que morre com o pesar de ver-se vencido, deite-me então a mim a culpa...», diz Sancho. Ao que o fidalgo responde que já foi louco mas que agora está no seu juízo, solicitando a todos, que lhe devolvam, com o seu arrependimento, a estima que ele lhes merece. Três dias depois, recebidos todos os sacramentos, e de novo amaldiçoando os livros de cavalaria, rendeu a alma o antigo cavaleiro andante Dom Quixote, para deixar que o rústico Sancho assumisse doravante o quixotismo que o seu senhor acabara de renegar.

A minha permanente devoção pelo romance do Quixote e do seu aio, entretanto relida em diversas edições castelhanas que ia comprando, levar-me-ia, naturalmente, a procurar no romance picaresco espanhol, sobretudo desde o *Lazarillo de Tormes*, o *Gúzman de Alfarache* e a *História da Vida do Buscão*, o complemento do quixotismo, num registo também tipicamente espanhol, ou seja, como a descrição realista do mundo de maldade, injustiça, fome, solidão e falsidade duma sociedade que autores castelhanos como o anónimo autor de *Larazillo*, ou Mateo Alemán, Quevedo e outros

denunciaram com uma franqueza e uma audácia que se antecipava à voga do realismo do romance europeu do séc. XIX.

Um nome importante precisa ainda de ver referido entre aqueles a que dedico uma verdadeira veneração, feita de fascínio perante os seus prodigiosos dotes de poeta, filósofo, ensaísta e contista, o argentino Jorge Luís Borges (1899-1986), o mais universal e o mais europeu dos escritores e visionários latino-americanos, autor de obras que teríamos de classificar de vertiginosas, devido à sua prodigiosa capacidade de narrar estórias mescladas de uma cultura ímpar, com múltiplas raízes religiosas, nomeadamente judaicas, o que se torna evidente em textos do género fantástico como *Ficciones*, *O Aleph* ou *O Livro do Seres Imaginários*. Um texto como «A escritura de Deus», sobre um índio encarcerado numa prisão na qual se acha também cativo um jaguar em cuja pele está gravada uma sentença mágica que Deus ali escreveu para conjurar os males que ocorressem no final dos tempos, e que só um eleito a poderia um dia ler, é um exemplo desta arte da *vertigem* de Borges. Noutro conto, o da assombrosa descoberta do mítico Aleph numa cave da rua Garay, em Buenos Aires, encontramos uma pequena esfera furta-cores, de intolerável fulgor, com dois ou três centímetros de diâmetro, embora contivesse nele todo o universo, como o mar, a alvorada e a tarde, as multidões da América, um labirinto quebrado, todos os espelhos do planeta, os desertos equatoriais, um exemplar da primeira edição inglesa de Plínio, cavalos numa praia do mar Cáspio, sobreviventes duma batalha, tigres, símbolos, exércitos, todas as formigas que há no planeta, a circulação do seu próprio sangue, a engrenagem do amor e a modificação da morte, podendo ver-se nesse Aleph do alfabeto hebraico a terra e na terra de novo o Aleph, o seu rosto e as suas vísceras, rematando Borges que nele «vi a tua cara e senti vertigem e chorei, porque os meus olhos tinham visto esse objecto secreto e conjectural que nenhum homem olhara, o inconcebível universo».

Por fim, não posso deixar de mencionar, nas *Ficciones*, de Borges, um conto ainda mais vertiginoso do género fantástico, «O Milagre Secreto», a estória dum poeta checo, chamado Hadlik, com cerca de 40 anos e de ascendência judia, autor de alguns livros e dum drama em verso, *Os Inimigos*, poema inacabado, faltando-

-lhe escrever dois actos. Uma vez sonhara que se escondera numa biblioteca, e quando lhe perguntavam o que é que procurava, respondeu: «- Procuo Deus». O bibliotecário redarguiu-lhe que Deus estava numa das letras das páginas de um dos quatrocentos mil tomos da biblioteca. Entrou então um leitor que devolveu ao funcionário um atlas. O poeta, abriu-o e viu um mapa da Índia e brusca-mente tocou numa das letras mínimas do livro, ouvindo então uma voz ubíqua que lhe disse: «- O tempo do teu trabalho foi outorgado.» Mais tarde, condenado à morte pelos nazis como resistente, Hadlik esperava agora o fuzilamento no pátio da prisão dum quartel. E o poeta recordou-se que, uma vez, sonhara que falara com Deus na escuridão, pedindo-lhe que, para poder terminar o seu drama em verso inacabado, precisava de um ano de tempo para o fazer, solicitando: «- Outorga-me esses dias, Tu de Quem são os séculos e o tempo.»

Chegado à hora da execução, o poeta perfilou-se, encostado à parede e ficou à espera dos tiros do pelotão, enquanto uma pesada gota de chuva lhe tombava na face, rolando lentamente por ela. O sargento vociferou a ordem final e, nesse momento exacto, o universo físico parou. Numa ardósia do pátio do quartel, uma abelha projectava uma sombra fixa. Hadlik tentou gritar, mas nenhuma sílaba lhe saiu da boca. Compreendeu que estava paralizado. Pensou depois que o tempo parara. Decidiu pôr à prova essa hipótese, lembrando-se duma écloga de Virgílio, e, por fim, dormiu um período indeterminado de tempo. Ao acordar, o mundo continuava imóvel e igual: a gota de água ainda estava na sua bochecha e a abelha no pátio permanecia imóvel. Recordou-se então que pedira a Deus que lhe desse um ano de tempo para terminar o seu drama em verso e compreendeu então que este operara um milagre secreto, dando-lhe um ano de duração para escrever. Hadlik decidiu então terminar o poema, mentalmente, urdindo no tempo que lhe restava o seu elevado labirinto invisível de palavras, refazendo o terceiro acto, apagando alguns símbolos, abreviando e omitindo passagens, ampliando outras. E a certa altura deu como completo o seu texto, faltando-lhe apenas resolver um único epíteto, o que fez. A gota de água resvalou-lhe então pela face, o poeta iniciou um grito enlouquecido, mexeu a cara e uma quádrupla descarga atingiu-o, matando-o.

Entre os poetas americanos meus favoritos gostaria de referir os nomes de Emily Dickinson, E. Allan Poe, E. E. Cummings (ou, como ele grafava: e.e.cummings), Ezra Pound, Robert Frost, William Carlos Williams, Carl Sandburg, Archibald MacLeish – traduzi um dos seus mais célebres poemas antifranquistas, *The Spanish dead*²¹ – Elizabeth Bishop,²² Wallace Stevens, Delmore Schwartz, Marianne Moore, Langston Hughes e Allen Ginsberg.²³

Quanto à poesia inglesa novecentista, confesso que, além do muito admirado W. H. Auden, que viveu grande arte da sua vida expatriado nos Estados Unidos – do qual traduzi o seu poema sobre Voltaire²⁴ – e dos poetas Stephen Spender e Cecil Day-Lewis – e estes dois com uma motivação muito especial, ou seja, pelo interesse de ambos pela causa republicana na guerra civil de Espanha, sobretudo o belíssimo poema «The Nabara» do segundo, cujo começo é familiar a todos os estudiosos deste período da história ibérica):

«A liberdade é mais do que uma palavra, mais do que a
objecta moeda

Dos homens de Estado, o cheque sem cobertura do tirano

Ou a moeda desvalorizada dum sonhador louco.

Ela é mortal, sabemos-lo, e feita

À imagem de homens simples que não têm gosto pela
carnificina.

Mas preferem matar ou ser mortos do que ver essa imagem
traída. Ela é mortal, mas levanta-se sempre fresca das suas
cinzas:

Ela está presa à terra, mas voa alto como um pássaro de
passagem para sua casa onde o calor do coração do homem
seja reavivado:

Inocente é o seu toque como o da madrugada,

mas mesmo assim desperta

As tonalidades da inveja do seu raptor. A liberdade é mais do
que uma palavra. Vejo o coração do homem como duplo,
disposto tanto para a morte como para a criação» (C. Day
Lewis).²⁵

Outros dois autores completariam a minha admiração pela grande lírica inglesa, o monumental John Milton do *Paraíso Perdido* e de *Sansão agoniza*, assim como o original artista gráfico, filósofo e poeta William Blake, criador duma mitologia pessoal, usando de um simbolismo e de poderes visionários que faziam dele um expoente romântico, tendo sido um gravador notável, recorrendo a um sistema de gravura novo para ilustrar os seus poemas a cores, o «illuminated printing» que lhe permitia juntar a escrita e as imagens como uma unidade decorativa, como nas *Songs of Innocence* ou no *Casamento do Céu e do Inferno*, bem como numa série de decorações para temas bíblicos, ajudado pela generoso mecenas John Linnel, o que lhe garantiu meios de vida até ao final da sua existência, estando a trabalhar nas gravuras para a *Divina Comédia* quando faleceu. O mais curioso de Blake está em que a sua obra de artista original não se pode separar da sua complexa visão espiritual e da filosofia mística do poeta.

Todavia, nenhum destes poetas foram por mim lidos dum modo tão fortíssimo e com todo o entusiasmo juvenil que dediquei – e ainda dedico, no inverno da existência –, o gigantesco e pletórico bardo d’*As Folhas de Erva*, esse Walt Whitman cuja leitura me fora imposta pelo meu grande camarada liceal António – já acima referido –, enquanto eu o forçava a ler Nietzsche, embora com alguma relutância dele por o achar um profeta germânico romântico, ele que tinha uma vocação toda anglo-americana, a ponto de, mais tarde, ir fazer os seus estudos de arquitectura nos Estados Unidos, por lá tendo ficado a viver, sem que eu nunca mais o voltasse a encontrar, apesar de eu mesmo ter ensinado três vezes em universidades americanas. Outros dois escritores lidos na minha adolescência, os ingleses Somerset Maugham (*O Fio da Navalha*, *Férias de Natal* e um conto inesquecível d’*A Casuarina*), e Aldous Huxley (*Contraponto* e o *Também o Cisne Morre*, admirável sátira da vida norte-americana), foram uma verdadeira obsessão minha nesses anos), embora acabando esses dois, como tantos outros, por perderem o meu favoritismo. Muito mais tarde, lia com especial admiração outra sátira à América escrita por Evelyn Waugh, *O Ente Querido*, cuja tradução portuguesa, em 1967, teve a vantagem de ser ilustrada pelo talento de João Abel Manta, com ilustrações bem

superiores à da edição original britânica, *The Loved One. An Anglo-American Tragedy* (s.d.), com desenhos de Stuart Boyle. Não posso deixar de mencionar ainda o fascínio que senti ao ler, duma assentada, todo o *Quarteto de Alexandria* de Lawrence Durrell (1912-1990), um inglês atraído pelo mundo mediterrânico, desde as ilhas gregas e Alexandria ao Midi francês, onde acabaria por residir largos anos, falecendo numa aldeia do Languedoc. Lembro-me de ter devorado, numas férias de verão em Albufeira, nos começos da década de 60, os seus quatro volumes sobre a cosmopolita Alexandria, urbe onde se misturavam ingleses, gregos, judeus e egípcios – a tetralogia *Justine, Balthazar, Mountolive e Clea* (1957-1960). Mais tarde, tentei em vão ler o seu *Quinteto de Avignon* (1978-1985), e, apesar de o cenário ser a minha amada Provença, fiquei-me pelo primeiro volume, já que este ciclo romanesco não tinha o fascínio perturbador da tetralogia de Alexandria.²⁶

Outro poeta de língua inglesa se tornou meu ídolo desde a adolescência em Lourenço Marques: refiro-me o supremo e misterioso Bardo inglês, a que Harold Bloom definiu com justeza dizendo que ele «inventou o humano»²⁷, o incomparável autor de *Hamlet*, peça lida por mim, em Moçambique, ainda adolescente, com um intenso e comovido fascínio que nunca se perderia ao longo do resto da minha vida, sendo por essa razão constantemente relida, citada e meditada como uma espécie de oração filosófica ou supremo enigma da escrita universal, não só pelo dramatismo da questão posta em palavras mas, sobretudo, pelo mistério angustiante que perpassa por toda a sua acção e figuras, com especial intensidade no segundo monólogo do príncipe danês, na cena primeira do acto II da peça, começando com as perturbadoras palavras «to be or not to be, that is the question...», fala que Lawrence Olivier, na sua adaptação ao cinema, em 1948, usando uma apropriada fotografia em preto e branco, situou, como compreensível cenário para tão desesperadas interrogações, numa esplanada sobre o mar, tendo o actor, entre as mãos, um simples punhal («with a bare bodkin») com o qual podia pôr fim ao cruel dilema da sua charla.

Curiosamente, ao longo da minha vida, esta fixação no universo hamletiano levar-me-ia a fazer uma colecção algo bizarra, que ocupa largo espaço nas várias estantes da minha biblioteca, dedica-

das a Shakespeare, composta de edições em várias línguas da famosa e intrigante peça, cujo primeiro exemplar foi aquele que li na biblioteca do liceu de Lourenço Marques, editado num elegante volumezinho de capa vermelha, por J. M. Dent & Sons Ltd, de Londres, com uma angustiante gravura de Eric Gill na página de título (um homem nu fugindo diante duma enorme figura de mulher drapejada de negro, que tenta esconder a sua cara), de que acabei por adquirir um exemplar idêntico, alguns anos volvidos, num alfarrabista de Lisboa. Paradoxalmente, o meu Shakespeare era menos o das suas peças históricas – exceptuando talvez *Ricardo II*, *Ricardo III* e, obviamente, o admirável *Júlio César* ou ainda *António e Cleópatra* – mas antes *O Sonho de uma Noite de Verão*, *Macbeth* e, sobretudo, *A Tempestade* – nesta última está presente, desde o título à sua trama interna, no meu primeiro romance *A Ilha está Cheia de Vozes* (1972, reeditado ampliado em 1978) –, cujo título era, obviamente, a adaptação duma frase na derradeira peça do bardo, «the isle is full of noises».²⁸

Haveria que acrescentar a estes escritores ingleses que mais marcaram a minha sensibilidade literária os nomes do irlandês Jonathan Swift, cujas *Gulliver's Travels* (1726) eu haveria de aporuguesar nas *Novas Aventuras de Gulliver* (1974), ilustradas por Lami (Lima de Freitas), assim como Daniel Defoe, cujo *Robinson Crusoe* estaria na génese do meu *remake* destinado a satirizar o regime de Marcelo Caetano e o seu derradeiro e desastroso prolongamento da guerra colonial, obrinha de que saíra a primeira versão na revista *Vértice* em 1971, depois, em livro, com o título aliás shakespereano, de *A Ilha está cheia de Vozes* (Coimbra, 1971, reedição ampliada, Lisboa, 1978, agora como subtítulo de *Robinson na Ilha dos Autómatos*), obra a que dedico especial atenção noutra passagem da presente autobiografia. Entre os autores ingleses devo ainda sublinhar um romancista pelo qual mantive, desde a minha adolescência em Moçambique, uma duradoura e quase fanática fascinação: falo de Aldous Huxley (1894-1963), o romancista d'*O Admirável Mundo Novo* (1932), *Contraponto* (1928) – eu considerava este como o *nec plus ultra* do «romance de ideias» –, *Feno Podre, Também o Cisne Morre* (*After many a Summer*, 1939) – sátira inexcedível aos Estados Unidos onde o autor britânico viveu

alguns anos²⁹ –, e tantos outros títulos. Na minha biblioteca há ainda hoje toda uma extensa fila com diversas edições inglesas e traduções lusas de Huxley, as primeiras na bela edição de capa dura de Chatto & Windus, colecção que há décadas não consulto...

Esta minha paixão pela literatura inglesa, desde Shakespeare ao séc. XX, só se podia comparar àquela que me levou a devorar toda uma biblioteca de escritores italianos, de que mencionarei tão só os nomes de Leonardo Sciascia – com especial prazer ao encontrar no seu *Negro sobre Negro* um modelo ideal de diário íntimo que eu praticaria anos a fio, enchendo um caixote com dezenas de caderninhos de notas pessoais manuscritas, textos que não tenciono editar –, Tomasi di Lampedusa (*O Leopardo*, póst., 1958), Dino Buzzati (*O Deserto dos Tártaros*),³⁰ Italo Calvino, Giorgio Bassani (*O Jardim dos Fizzi-Contini*), Carlo Levi (*Cristo parou em Eboli*), Primo Levi (*Se Isto é um Homem* e *A Trégua*), Curzio Malaparte (*Kaputt*, 1944), etc. O neo-realismo italiano nunca me atraiu especialmente, exceptuado talvez Italo Calvino na sua fase inicial e ainda o excepcional retrato da vida durante o fascismo italiano feito por Ignazio Silone, tanto em *Fontamara* (1930), como em *Pão e Vinho*.

Quanto ao mundo checo, creio que dois nomes resumem para mim essa literatura travessa e maliciosa, de enorme impacto na consciência europeia, com as obras de Joroslav Jasek, com todo o ciclo de «imbecilidade épica» (ou genial astúcia) do seu *Valente Soldado Chveik*, só recentemente vertido da língua original para o português – graças a um aluno meu que tantas vezes me ouviu deplorar que, em Portugal, apenas em inglês ou francês se podia compreender a gloriosa astúcias do herói dessa obra, por falta de quem os soubesse traduzir do checo para a nossa língua, que ele decidiu fazê-lo, dotando as nossas livrarias da primeira versão feita directamente do original³¹ – bem como os livros mais recentes de Bohumil Hrabal, o endiabrado autor de *Comboios estreitamente Vigeados*, adaptado ao cinema durante a efémera «Primavera de Praga», e de *Eu que servi o Rei da Inglaterra*.³² Quanto aos autores alemães, além de Rilke, cuja obra li incessantemente nos meus anos na universidade, a começar com *Os Cadernos de Malte Laurids Brigge* (numa tradução de Paulo Quintela, Coimbra, 1955) à edição bilingue *As Elegias de Duíno e os Sonetos de Orfeu* (traduzidos por

J. F. Agelloz), *As Cartas a um jovem Poeta* e o *Livro da Pobreza e da Morte*. Três outros poetas de língua germânica me fascinaram, ainda que de modo diferente: Friedrich Hölderlin, Georg Trakl e Paul Celan – todos eles poetas malditos, obsecados pelo suicídio, atraídos pela loucura. Quanto a Goethe, o olímpico, na sua obra interessou-me, acima de tudo, a peça dramática *Fausto*, à qual dediquei algumas páginas sobre a mitologia fáustica.³³ Quanto aos romancistas germânicos, verdadeiramente venero três, Thomas Mann (*Montanha Mágica*, *As Confissões do Cavalheiro de Indústria Félix Krull* e *Dr. Fausto*),³⁴ Joseph Roth (*A Marcha Radetsky* e *A Cripta dos Capuchinhos*, 1932 e 1938, respectivamente), e ainda aquele que mais me fascinou ao longo de anos de leitura recorrente, o Judeu de Praga, o grande e enigmático talmudista Kafka, ao qual dediquei um ensaio de alguma extensão.³⁵

Quanto à Polónia, o único autor que li com especial fascínio foi Stanislaw Lem (1921-2006), em cuja «ficção científica», mais à maneira do *Micrómeças* de Voltaire do que dos autores canónicos desse género que, aliás, não aprecio, encontrei uma paráfrase da teologia negativa de Dionísio Areopagita³⁶, autor do estranhíssimo *Solaris* – adaptado ao cinema de modo decepcionante por Tarkovsky (1972) e Steven Soderbergh (2002). Além de poeta, Lem é autor de inúmeros romances de «ficção científica» e de ensaios literários e filosóficos, sendo recorrente nele o tema da dificuldade ou impossibilidade de compreensão entre civilizações de planetas diferentes. Lem acabaria por abandonar o seu país em 1982 quando ali se estabeleceu a lei marcial, exilando-se em Berlim e, depois, em Viena, só tornando à Polónia em 1988. Outro polaco, naturalizado inglês e escrevendo sempre nesta língua, faz parte dos meus favoritos mais íntimos, o grande romancista Joseph Conrad (1857-1924), cuja pungente parábola *Coração das Trevas* (1902) tanto me impressionou, obra baseada numa traumática experiência de piloto no rio Congo, uma das histórias mais enigmáticas da literatura, em torno de um misterioso chefe de uma empresa de transporte de marfim no colónia belga, poderosamente transposta para o cinema por Ford Coppola com um elenco excepcional (Marlon Brando, Robert Duvall e Martin Sheen), *Apocalypse Now* (1979). Há neste curto romance uma cena que sempre me marcou como uma das

mais amargas metáforas da relação dos europeus com o continente negro, com a «vazia imensidão da terra, céu e água» e a sufocante floresta africana: aquela em que um navio de guerra francês bombardeia inutilmente a selva, emblema de uma impossível relação com um horror que transcende todas as forças humanas, essa «coisa monstruosa e livre», além da indomável e misteriosa selvajaria natural, vinda dos começos do tempo, esse «impenetrável negrume» que vem do «coração de uma imensa escuridão» (termos de Conrad), condensado no tão citado grito final de Kurtz: «– O horror! O horror!»...

Não me esquecerei nunca de como, logo nos primeiros tempos do regresso a Moçambique, no 6.º ano liceal, me iniciei na grande literatura clássica dos trágicos gregos, lendo o *Rei Édipo* de Sófocles, livrito publicado em português, pela Inquérito, em 1939, traduzido e prefaciado por Agostinho da Silva, drama que me deu a primeira grande sensação de estar diante de algo de transcendente e intemporal, de uma tragédia que tinha a ver com a essência da condição humana, já que através da acção do salvador e depois rei de Tebas se chegava à intolerável descoberta de que, cumprindo os seu fado cruel, Édipo matara o pai e se casara com a mãe: esta dúvida cruel sobre os involuntários parricídio e incesto forçara-o a investigar, desesperada e heroicamente, a suspeita que pairava sobre os seus próprios actos, o que levaria o vencedor da Esfinge a descobrir, por fim, a horrível verdade que a sua vida escondia, vazando os olhos e exilando-se em Colona. Só vários anos depois, tive oportunidade de mergulhar a sério na leitura dos grandes dramaturgos gregos – Sófocles, Ésquilo, Eurípedes – e, ainda, como aluno do Pe. Manuel Antunes, de ler a fundo a *Odisseia*, que desde então marcou tanto a minha sensibilidade psíquica e cultural que alguns anos mais tarde prestaria ao antigo professor a minha modesta homenagem ao dedicar-lhe o meu ensaio *Ulisses o Europeu* (2000).³⁷ Encarei sempre o *basileus* de Ítaca como o modelo intemporal do Europeu, com a vantagem de poder associar o homem das mil astúcias, como permitiu a James Joyce fazer do seu *Ulysses* (1922) um romance total que Ezra Pound classificou de «pan-literatura», aventura homérica vivida agora como nova *Odisseia* irlandeso-judia através da figura de Leopold Bloom, personagem

central numa anti-epopeia paródica e de *mise en abîme* de toda a longa aventura do regresso do herói a Ítaca, no qual a reencarnação judaica do herói grego é narrada como anticlimax novecentista – basta recordar como a cena do Ciclope do bardo helénico se passa agora de maneira trágico-cômica, numa taberna, onde um vesgo gigante de um só olho, o anti-semita Patriota irlandês, fanático do Sinn Fein, além de insultar Bloom, o tenta atingir com uma lata de biscoitos, embora falhando o alvo: Joyce transformava toda a epopeia e o *nostos* final homéricos numa paródia onde os longos anos de errância pelo Mediterrâneo se condensam num único dia passado em Dublin, o «Bloomsday» (16-VI-1904), assim como o novo Telémaco se chama Stephen Dedalus (antes jovem do autobiográfico *Retrato do Artista quando Jovem*, 1915-15) e a paciente e fidelíssima Penélope grega é aqui Molly, uma mulher que engana o marido e cujo monólogo final se metamorfoseia num longo orgasmo lírico.

Regressado ao tema do teatro, devo confessar que, porventura graças à medíocre situação da arte dramática entre nós, sempre li os textos das tragédias em vez de as ver representadas no palco, com a notável exceção de dois grandes dramaturgos que me fascinaram nos anos 50/60, autores estrangeiros vivendo em França, o irlandês Samuel Beckett (Dublin, 1906 – Paris, 1989) e o romeno Eugène Ionesco (1909-1994). Quanto a este último, tive o gosto de o entrevistar, em Sintra, em Setembro de 1959, para a revista semanal *O Mundo*, texto que reproduzo no meu livro (inédito) *Mircea Eliade no Portugal de Salazar, 1941-1945*.³⁸ Como levava comigo um exemplar d'*O Rinoceronte*, pedi-lhe um autógrafo, o que ele prontamente acedeu a fazer, embora observando que era fácil escrever livros mas muito difícil redigir dedicatórias, pelo que tinha uma fórmula para todos os casos. E escreveu: «Pour João Medina, sympathiquement, Eugène Ionesco.» Samuel Beckett, irlandês de rosto e olhos penetrantes de águia, de confissão protestante, fixado desde 1938 em França, passando a escrever em francês, caso raro no espaço europeu, traduzindo ele mesmo para a língua de Molière as suas peças, poemas e romances que entretanto editara em inglês. Publicado em 1952, *À Espera de Godot*, seria estreado com estrondoso êxito, em Paris, e alguma pateada nas primeiras representa-

ções no Théâtre de Babylone, numa encenação de Roger Blin, que representou o papel de Pozzo. Vi essa peça numa excelente representação portuguesa, no Teatro da Trindade, alguns anos depois, numa altura em que o chamado «teatro do absurdo», no qual o dramaturgo franco-romeno tivera também papel de destaque, se tornara contagioso na Europa toda. E foi no minúsculo Teatro de La Huchette, em Paris, que eu vira, na minha primeira viagem europeia, no verão de 1958, *A Cantora careca* e *A Lição*, duas das peças mais famosas de Ionesco, que continuam a representar-se sem interrupção desde então.

Quanto à tão perturbadora peça metafísica de Beckett, senti sempre nela, nas minhas várias leituras e na assistência a uma nova versão, levada ao palco por um grupo de amadores, num teatro britânico na Estrela, nos anos 90, o choque de ver em cena um grande texto poético e filosófico, para não dizer bíblico ou teológico, interpretado por cinco figuras – o par de vagabundos Vladimir (*Didi*) e Estragon (*Gogo*) e o duo do escravo Lucky e o seu cruel dono Pozzo, mais um jovem que duas vezes informa as personagens de que o Sr. Godot só viria no dia seguinte, adiando assim uma espera que ganhava uma angustiante dimensão simbólica de um misterioso salvador eternamente esperado e adiado –, erguendo naquele espaço de aridez desértica, com uma única árvore, uma acção quase inexistente, no qual se resume toda a história do género humano, oscilando sempre entre a espera duma salvação prometida mas sempre adiada para um futuro que nunca chegará: «-Estragon: – Vamos. – Vladimir: – Mas não se pode. – Estragon: – Porquê? – Vladimir: – Esperamos Godot. – Estragon: – É verdade.» (acto I). Eis a velha prática de opressão praticada pelos senhores sobre os seus servos, como na referida relação entre o brutal Pozzo e o seu servo Lucky, que o primeiro controla através de umas rédeas, como uma besta, chamando-lhe «porco» e ordenando-lhe que pense em voz alta, para diversão dos demais presentes, cabendo-lhe ainda ao escravizado Lucky transportar uma mala carregada de areia e usar um chapéu que o inspira, para poder debitar o delirante e gritado monólogo desse acto. Para interromper esse impetuoso chorrilho verbal sem qualquer sentido, Vladimir arranca-lhe então o chapéu, pondo fim à logorreia de Lucky. O escravo e o senhor

partem, continuando Vladimir e Estragon à espera de Godot, chegando então a criança que lhes transmite o recado do novo adiamento da sua vinda.

No dia seguinte e no mesmo lugar, os dois vagabundos continuam à espera que Godot chegue e os salve. Todavia, nada de verdadeiramente novo acontece, pois todos os diálogos desencantados e gastos se repetem ciclicamente. O escravo Lucky e o seu dono Pozzo regressam, com a diferença de que o tirano agora está cego e o escravo mudo, associando-se os dois vagabundos às humilhações impostas a Lucky por Pozzo. Quanto a Godot, uma vez mais não aparece, embora mande avisar, de novo, que a sua chegada se fará no dia seguinte. Vladimir aproveita para fazer algumas perguntas ao mensageiro de Godot:

«Vladimir: – Godot, o que é que ele faz?, (...).

Rapaz: – Ele não faz nada, senhor. (...).

Vladimir: – Ele tem uma barba, Godot?

Rapaz: – Sim senhor.

Vladimir: – Loira (*hesita*)... ou negra?

Rapaz (*hesitante*): – Creio que é branca.»

Os dois vagabundos decidem então suicidar-se, enforcando-se na árvore que agora tem folhas. Mas também esta tentativa é uma solução vã, fracassando porque o cinto de que precisavam para esse intento se quebra. As duas derradeiras palavras desta peça imóvel e dum trágico burlesco e tenso são: «*Vladimir*: – Bem, então vamos partir? – *Estragon*: – Vamos. (*Não se mexem*).»

Levei algum tempo a frequentar autores franceses, talvez por ter tido o inglês como minha segunda língua, desde os meus estudos primários, feitos em Joanesburgo. Só, a partir de 1956, quando era estudante na Universidade, me iniciei verdadeiramente na leitura dos autores da Gália, começando, em obediência ao inescapável *Zeitgeist*, por ler Jean-Paul Sartre, primeiro os contos do volume *O Muro* e, depois, o romance *A Náusea*, que toda a gente lia na época, ainda que fossem obras sem interesse transcendente. De facto, só apreciei deveras *Les Mots* (1964), obra singular no género da autobiografia. Daqui passaria mais tarde e, por razões muito

diferentes, e já depois de regressar dos sete anos de vida em França, ao estudo de Simone de Beauvoir (1908-1986), sobretudo empenhado como estava em mostrar até que ponto esta visitante do nosso país condenara o regime político da ditadura salazarista: tendo vindo a Portugal em 1945 para se encontrar com a irmã «Poupette» (Hélène de Beauvoir) e o cunhado, Lionel de Roulet, funcionário do Instituto Francês, que viviam em Faro, Simone daria alguma atenção ao regime de Salazar, tanto num volume das suas memórias, *La Force de l'Age* (1960), como no seu romance *Os Mandarins*.³⁹

De qualquer modo, passada a breve fase de entusiasmo por Sartre – mais tarde ainda tentei ler o seu espesso tratado filosófico de «ontologia fenomenológica» *L'Être et le Néant...* –, depressa me deixei seduzir por autores franceses completamente diferentes, cujas leituras a partir da adolescência, durante os anos de estudante universitário e, depois, no septenato vivido na Gália, vou resumir numa maneira sintética. Antes de mais, o primeiro livro de Albert Camus⁴⁰ que li, foi o volume de contos *O Exílio e o Reino* (1957), que me despertou uma admiração muito forte que nunca mais se desvaneceria, autor cujos livros fui desde então lendo um a um, sobretudo as suas grandes obras romanescas desde *O Estrangeiro* (1942) e a *Peste* (1947) – uma das parábolas mais fortes do séc. XX –, com especial encanto pelo impressionante monólogo/confissão d'A *Queda* (1956), além das suas obras mais metafísicas ou ensaísticas – *O Mito de Sísifo* (1942), *O Homem Revoltado* (1951), *Bodas* (1938) –, sem esquecer as crónicas políticas na imprensa, a admirável série de *Actuelles*, publicadas a partir de 1944, embora pouco me interessando pelo seu teatro. A minha admiração por Camus não se limitava ao que se podia chamar uma devoção puramente literária, já que na sua prosa de ensaio ou de intervenção na vida da polis ajudou a formar a minha visão do mundo – como no caso do seu enérgico combate contra a pena de morte, numa obra publicada de parceria com Arthur Koestler – cujas extensas memórias (*Arrow in the Blue* e *The Invisible Writing*, 1952-54) contêm interessantes anotações sobre Portugal, onde este antigo agente do Komintern, depois desiludido com o comunismo, esteve duas vezes, a última, numa espera desesperada, em vésperas de se expatriar por fim na

Grã-Bretanha.⁴¹ Fosse como fosse, Camus continuaria a ser minha constante releitura até ao presente, ou seja, um autor de referência no centro da minha sensibilidade pessoal e cultural, uma espécie de farol íntimo da minha cosmovisão.

Outros autores de língua francesa fazem parte do meu Panteão literário: além do sempre relido Flaubert,⁴² tenho de referir o meu precoce fascínio por Marguerite Yourcenar (Bruxelas, 1903 – Mount Desert Island, no Maine, 1987), tornada famosa desde o sucesso das suas *Memórias de Adriano* (1951), que tive o prazer de ler numa elegante edição da Guilde du Livre, de 1959, assim como me fascinou *L'Oeuvre au Noir* (1968), síntese impressionante dos dramas apocalípticos do séc. XVI, imagem já do que seria o séc. XX, além de tradutora do grande poeta grego de Alexandria chamado Constantin Cavafy. Embora a figura excepcional do imperador romano que sucedeu a Trajano e governou Roma durante duas décadas como um sábio apaixonado por todas as artes, assegurando por duas décadas a imensa majestade da *pax romana* num período situado entre a piedade ritual e o cristianismo nascente, fosse enaltecida por Yourcenar como um «monumento à sua maneira» – a paixão do imperador por Antinous tinha um equivalente pessoal na ligação da escritora belga a Grace Pick, que a acompanhou na sua estadia final no plácido Maine –, a verdade é que esse retrato elogioso não esquece a antipatia de Adriano pelos Judeus e a proibição destes viverem na sua antiga capital, desde o final da revolta nacionalista e messiânica de Bar Kochba contra os ocupantes romanos, que os exércitos destes levaram três anos a esmagar.⁴³ Compreende-se que Yourcenar, querendo fugir ao anacronismo, tentasse exprimir com sentido historicista o verdadeiro Adriano, mas nesse caso teria sido útil que fosse mais longe na descrição das medidas abertamente discriminatórias tomadas pelo imperador contra o povo judaico, o que ela só acaba por mencionar *en passant*, embora descreva a guerra de Bar Kochba contra o ocupante romano, insistindo na ideia de que «Israel se recusa a ser um povo no meio de outros, possuindo um deus no meio de outros deuses», sendo «o único povo que tem a arrogância de encerrar a verdade toda nos limites estreitos duma só concepção divina, insultando assim a multiplicidade do Deus que contém tudo; nenhum

outro deus inspirou aos seus adoradores o desprezo e o ódio por aqueles que rezam em diferentes altares».44

A qualidade literária inegável da grandiosa e admirável obra romanesca de Marguerite Yourcenar, decalcada sobre as fontes historiográficas referidas na «Nota» que serve de bibliografia/posfácio das *Memórias de Adriano* (pp. 251-256), não a dispensava de tomar em conta que elas se publicavam depois de ter havido o horrível *anus mundi* de Auschwitz, após ter sido cometido o crime inexpiable e incomensurável da Shoah: esse simples facto bastaria para a escritora franco-belga tomar em conta o juízo, talvez excessivo, emitido por Theodor Adorno, quando afirmava que, «depois de Auschwitz já não é possível escrever poemas (...). Hitler impôs aos homens um novo imperativo categórico; pensar e agir de tal modo que Auschwitz não se repita, que nada de semelhante aconteça. (...). Auschwitz provou de modo irrefutável o falhanço da cultura (...). Depois de Auschwitz, a morte significa ter medo de qualquer coisa pior do que a morte.»45 Dito de outro modo, e escrevendo *literatura* em vez de *poesia*, a frase de Adorno continua a ser válida para qualquer livro escrito *depois* da Shoah, *depois de Auschwitz*, e é precisamente por essa razão que Yourcenar devia ter acrescentado algumas reflexões às suas magníficas memórias para as inocentar de algo que fosse escrito *depois* de Auschwitz, como o foram estas memórias sobre um sábio imperador romano que viveu e agiu e pensou e amou no sec. II da era cristã, e que até deixou fama como poeta, o autor desses famosos versos: *animula, vagula, blandula...*

Tive também grande admiração por André Malraux, com os seus dramáticos romances *Les Conquérants* (1928), *La Condition humaine* (1933), *L'Espoir* (1937, poderoso relato da guerra civil de Espanha, na qual o autor participou), *Les Noyers de l'Altenburg* (1943), e até algumas das suas inspiradas divagações sobre arte, como *Voix du Silence* (1951) ou *Métamorphose des Dieux* (1966), admiração que nem a sua conversão a ministro da Cultura do general de Gaulle, de 1959 a 1969, lograria turvar.46 Lembro também Romain Gary (Vilna, Lituânia, 1914 – Paris, 1980), autor popular, embora algo desprezado pela *intelligentzia* gaulesa, cujos romances fui lendo um a um desde a *A Educação Europeia* (1945), empolgante relato da epopeia antinazi durante a segunda guerra mundial,

bem como o relato africano d'*As Raízes do Céu* (1956), texto ecológico-político que lhe valeu o prémio Goncourt ou ainda, quase vinte anos depois, a sua obra publicada sob o pseudónimo de Émile Ajar (que na verdade era o nome dum familiar seu chamado Paul Pavlowitch), de modo a poder voltar a vencer o Goncourt com *La Vie devant soi* (1975). Escreveria ainda outras obras que, em certa medida, superavam as anteriores em corrosiva ironia e cruel sinceridade, na mais pura tradição judia de travesso *chutzpah*, como *Gros-Câlin* (1974), *Au-delà de cette Limite votre Ticket n'est plus valable* (1975), ou *L'Angoisse du Roi Salomon* (1979), acabando por se suicidar, em 2-X-1980, como o fizera, no ano anterior, a sua antiga mulher, a actriz americana Jean Seberg.

Não posso deixar de assinalar o paradoxal fascínio que exerceu sobre o meu espírito uma das obras maiores e mais dissonantes do séc. XX francês, *A Viagem ao Fim da Noite* (1932) de Louis-Ferdinand Céline, que muito admiro apesar dos seus repulsivos panfletos anti-semitas publicados mais tarde – *Bagatelles por un Massacre* (1937), *L'École de Cadavres* (1938) e *Beaux Draps* (1940), que figuram na minha biblioteca mas que nunca consegui ler de fio a pavio –, assim como me repelia o seu comportamento durante a Ocupação, período em que se mostrou abertamente simpatizante do hitlerismo. Fugindo do seu país após a derrocada de Pétain em 1944, viveria alguns meses no meio dum punhado de dirigentes vichysistas e milicianos num palácio na Alemanha nazi, em Sigma-lingen, sobre o Danúbio, o que lhe deu material para escrever um retrato vitriólico dessa experiência alucinante, intitulado *Dum Castelo para Outro* (1957), retrato em tons de Bosch sobre esse punhado de *collabos* reunidos no cenário duma barca de Caronte, a bordo da qual o médico Dr. Destouches (Céline) ridiculariza todos os robertos desse grotesco Gérolstein de traidores e fantoches, empilhados num palacete germânico, em plena Floresta Negra, aguardando o colapso do Reich milenar que durara apenas doze anos, testemunho redigido com os seus dons mais exorbitantes de linguista e de narrador visionário, dali partindo, por sua conta, para o exílio na Dinamarca, donde só tornaria ao seu país em 1951, após ser amnistiado da condenação a um ano de prisão a que um tribunal o sentenciara no ano anterior.

De qualquer modo, a sua revolução estilística e de teor narrativo na *Viagem ao Fim da Noite*, na linha da literatura maldita, permitia-lhe sumarizar com um realismo novo, que nada devia aos cânones estéticos do séc. XIX, num estilo sacudido e de inspiração impiedosamente realista e escrita argótica, um trajecto de errância existencial dum espírito anarquista, o médico Bardamu, narrativa começada no meio da carnificina da Grande Guerra, prosseguida numa África alucinante e numa América de pesadelo, cujas fábricas em Detroit mostravam que, em vez de ser uma terra prometida, não passava dum país de escravos e exploração desenfreada do homem pelo homem, acabando por regressar a França onde, como o seu autor, se estabelece como médico nos arredores sórdidos de Paris e, mais tarde, num asilo psiquiátrico. Em suma, a carnificina da guerra, a ignóbil colonização em África e a dureza implacável do capitalismo americano eram os três vértices desta epopeia do horror de viver num mundo de desumanidade sem limites. Daí a fórmula nihilista de Céline, tantas vezes citada: «A verdade deste mundo é a morte.» (*Voyage...*). Um inegável fundo gnóstico deste escritor detestável mas genial, talvez seja, na verdade, o que mais me comoveu na leitura deste livro angustiante, em tudo excessivo e profundamente desesperado, com o seu cortejo infundável de horrores, massacres e ilusões vividas em cenários de pesadelo. Ao seu caso se aplica, com especial pertinência, a reflexão de André Gide segundo a qual não será com bons sentimentos que se faz boa literatura.

Nesta lista de autores franceses, gostaria de acrescentar ainda dois nomes finais, começando com o grande romancista, Albert Cohen (Corfu, 1894 – Genebra, 1981), autor do ciclo prodigioso dos Solal, uma família judia que vem de Cefalónia para Marselha e, por fim para a Suíça – o que é, de algum modo, o trajecto autobiográfico do próprio escritor, que, naturalizando-se suíço, seria funcionário da SDN, membro dos Franceses Livres degaulistas, exilado durante a guerra na Grã-Bretanha e, por fim, membro superior do BIT (Bureau International du Travail), tendo recusado o posto que Israel lhe ofereceu como embaixador na Confederação Helvética. O seu romance *Belle du Seigneur* (1968), obra duma excepcional amplidão, além de relato extremamente satírico da burguesia calvi-

nista de Genebra e da instituição internacional que ali funcionava – de que era exemplo típico o burocrata belga Adrien Deume, casado com Ariane, a amante de Solal –, mesclada a um lirismo intenso e dramático, de desfecho trágico – um suicídio a dois, consumado por Ariane e Solal –, conta a saga trágico-cômica da referida família greco-judaica, os Solal, o tio Saltiel, o pequeno Salomon, o sedutor Michaël, o avaro Mattathias e o mitómano Mangeclous, saga iniciada em 1930 com *Solal*, prosseguindo com *Mangleclous* (1938), *O Livro da minha Mãe* (1954) –, ao mesmo tempo que nos dá um retrato impressionante da Alemanha nas mãos de Hitler.

Com este novo *Cântico dos Cânticos*, relato duma grande história de amor-paixão, desde meados dos anos 30, no meio duma Europa progressivamente gangrenada pelo anti-semitismo e em marcha imparável para o abismo, deu-nos Cohen neste pujante romance de quase 900 páginas, na linha dos grandes dramas amorosos como o de Romeu e Julieta, uma das obras primas do séc. XX, ao qual o autor acrescentaria, em 1969, *Os Valorosos*, o derradeiro painel da gesta tragicômica dum clã sefardita, os Solal, expulsos de Espanha em 1492, nacionalizados franceses, graças ao «encantador decreto da Assembleia nacional de 27 de Setembro de 1791» (cap. XIII) – conhecidos como «les Valeureux de France» – e chegados, por fim, à ilha de Cefalónia em 1799. Autor famoso desde 1930, saudado com entusiasmo com o seu romance de 1968, *La Belle du Seigneur*, Cohen parece, contudo, estar hoje relativamente esquecido, apesar de ser, sem dúvida, um dos mestres mais singulares do século passado, ao mesmo tempo que, na mesma centúria em que ocorria o Shoah, o escritor celebrava o povo da Bíblia e a lei de Moisés como a antítese de bestialidade nazi, essa ideologia do anti-Cristo, esse «méchant chef, l'aboyeur avec la moustache», como diz Raquel, uma judia anã que vive escondida numa cave em Berlim (cap. LIV): enquanto o judaísmo buscava «transformar o homem natural em filho de Deus», ou seja, transcendendo a força bruta dos homens em espiritualidade, a cruz gamada exaltava a «lei da natureza» como apoteose da raça loira do pretense «Herrenvolk», não sendo por isso de espantar que «os Alemães, povo da natureza tenham sempre detestado Israel, povo da anti-natureza» (cap. XCIV), pelo que Cohen enaltece as «duas filhas de Jerusalém, a

judia e a cristã», porquanto ambas buscam a mesma finalidade, «a humanização do homem», razão pela qual «Hitler odeia as duas igualmente, pois ambas são rainhas da humanidade, inimigas eternas da lei da natureza» (cap. cit.). Ao invés, o pensamento do povo da Aliança pretendia antes criar «ce monstre non naturel et non animal qu'est l'homme.» (*La Belle du Seigneur*). Num artigo publicado no *Le Monde*, Bertrand Poirot-Delpech escrevia com razão que Albert Cohen «reverencia o Deus de Abraão, assim como a lei de anti-natureza e a utopia humanista que estão com ela, por uma única razão – e não há outras –, porque são a obra do seu povo. Uma voz espantosa de amor e de humor calou-se.»⁴⁷

Devo ainda lembrar, entre os meus escritores franceses lidos com maior entusiasmo, o nome de Roger Vailland (1907-1965), autor de um notável romance relatando as suas experiência de resistente ao nazismo durante a Ocupação da França, *Drôle de Jeu* (jogo de palavras com a famosa «drôle de guerre» de 1939-40), editado em 1945 – numa altura em que várias outras importantes obras de ficção francesas davam a sua versão do período negro de 1940-44 (v.g., Vercors, Jean-Luis Curtis, Jean-Louis Bory, Marcel Aymé, Jean Dutourd, etc.). Neste romance, Vailland punha o seu *alter ego* «Marat» (nome de guerra da personagem) a reflectir sobre a similitude entre a dramática situação do exército grego comandado por Xenofonte, atravessando mediante mil perigos a hostil Pérsia para regressar a Hélade, com o diminuto e ameaçado grupo dos resistentes franceses que, na clandestinidade ou nos *maquis*, enfrentava tanto as milícias de *collabos* ao serviço de Pétain como os ocupantes germânicos.⁴⁸ Numa série de outros romances posteriores, a opção marxista de Vailland, filiado no PCF, acabaria, todavia, por dar lugar a uma ficção mais pessoal, descomprometida de ataduras ideológicas e assumindo uma postura independente, como no referido *La Loi* (1957), adaptado ao cinema por Jules Dassin, em 1958, num filme com grandes actores (Marcello Mastroianni, Yves Montand, Paolo Stoppa, Gina Lollobrigida, Melina Mercouri, Pierre Brasseur, etc.)⁴⁹ ou ainda, meditando sobre a importância da relação erótica, na linha do seu admirado Choderlos de Laclos, nos romances *La Fête* (1960) e *La Truite* (1964).